

# Ministros terão que ouvir políticos

O apoio ao presidente Fernando Collor na Câmara dos Deputados vai determinar uma mudança de comportamento nos principais gabinetes da esplanada dos ministérios. Ao formalizar no Palácio do Planalto uma base de sustentação ao Governo na casa, os líderes partidários Ricardo Fiúza, do PFL, Amaral Netto, do PDS, e Arnaldo Faria de Sá, do PRN, tiveram em troca a garantia do presidente de que seus ministros serão mais acessíveis aos pedidos formulados pelos parlamentares. "Seus ministros não têm muito tato político", disse Amaral Netto ao Presidente. Collor também garantiu aos líderes que nenhuma medida provisória será enviada ao Congresso durante o recesso parlamentar e que a partir de agora todos os projetos do Governo passarão antes pelo aval dessas lideranças. Hoje, o presidente recebe os líderes do PTB e PDC. Os três líderes partidários, recebidos a partir das 8 horas na entrada do Palácio do Planalto pelo líder do Governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), conversaram separadamente com o presidente em encontros reservados de 20 minutos. Das 13h às 14h e 30 os quatro deputados almoçaram no gabinete com o Presidente e o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que levou seu assessor Inocêncio Mártires Coelho — o cardápio incluiu arroz, feijão, salada e carne cozida. Na saída todos estavam convencidos de que deixariam de ser figurantes nas ante-salas dos ministros.

"O Governo decidiu valorizar os parlamentares e está com o espírito desarmado para discutir tudo", afirmou Humberto Souto.

"Sem negociar interesses pessoais, ressaltou Ricardo Fiúza.

Ao final do encontro com os líderes, o presidente determinou a Passarinho para abrir todos os ministérios aos parlamentares que os procurarem. Ao mesmo tempo o deputado Arnaldo Faria pediu à assessoria da liderança do partido para entrar em contato com os chefes de gabinete de todos os ministros, transmitindo a recomendação do Presidente.

"Os deputados devem ter preferência na agenda dos ministros", disse Arnaldo Faria, prometendo atender ao Presidente e denunciar os ministros que resistirem ao contato com parlamentares. "Tem ministro que não atende deputado e isso vai mudar", disse o deputado, admitindo que esse acesso aos ministros pode incluir reivindicações para o preenchimento de cargos. "Não tem nada demais um deputado indicar um conhecido para um cargo desde que esse cara tenha currículo", justifica Arnaldo.

Os deputados garantem que em nenhum dos encontros foram pedidos cargos ao Presidente, mas pelo menos um caso concreto foi levado a Collor.

"Fiquei sabendo que uma empresa do Governo demitiu o filho de um deputado porque o pai decidiu votar contra o Governo", denunciou Arnaldo. "O Presidente disse que desconhecia o assunto e que o caso seria reava-

liado", contou o deputado. Mesmo sem revelar para a imprensa os nomes envolvidos, Arnaldo Faria informou que o servidor demitido trabalhava numa empresa vinculada ao Ministério da Agricultura.

"Esse menino foi demitido porque o pai pertence a um partido de oposição ao Governo. Se fosse um vagabundo eu engolia, mas foi uma dispensa pessoal mesmo", criticou Arnaldo. Durante o almoço com os líderes, o presidente voltou a pedir a Arnaldo Faria que o mantivesse informado sobre o caso.

"Esses ministros precisam se politizar", afirmou Amaral Netto. "passaram a considerar um crime um deputado indicar alguém para um cargo", lamenta.

Mesmo sem distinguir nomes na conversa com o presidente, Arnaldo Faria diz que tem ouvido de parlamentares mais reclamações contra os ministros Oziures Silva, da Infra-Estrutura, de Rogério Magri, do Trabalho e Previdência, e de Margarida Procopio, da Ação Social. "os caras ligam e esses ministros estão sempre ocupados", diz Arnaldo.

"Nenhum deputado vai se sentir bem enquanto for barrado no gabinete de ministros", reclama Amaral Netto.

O Presidente decidiu que a partir de agora reservará o horário das 10 às 11 horas de todas as terças-feiras para encontros, seguidos de almoço, com os líderes partidários que o apoiam.

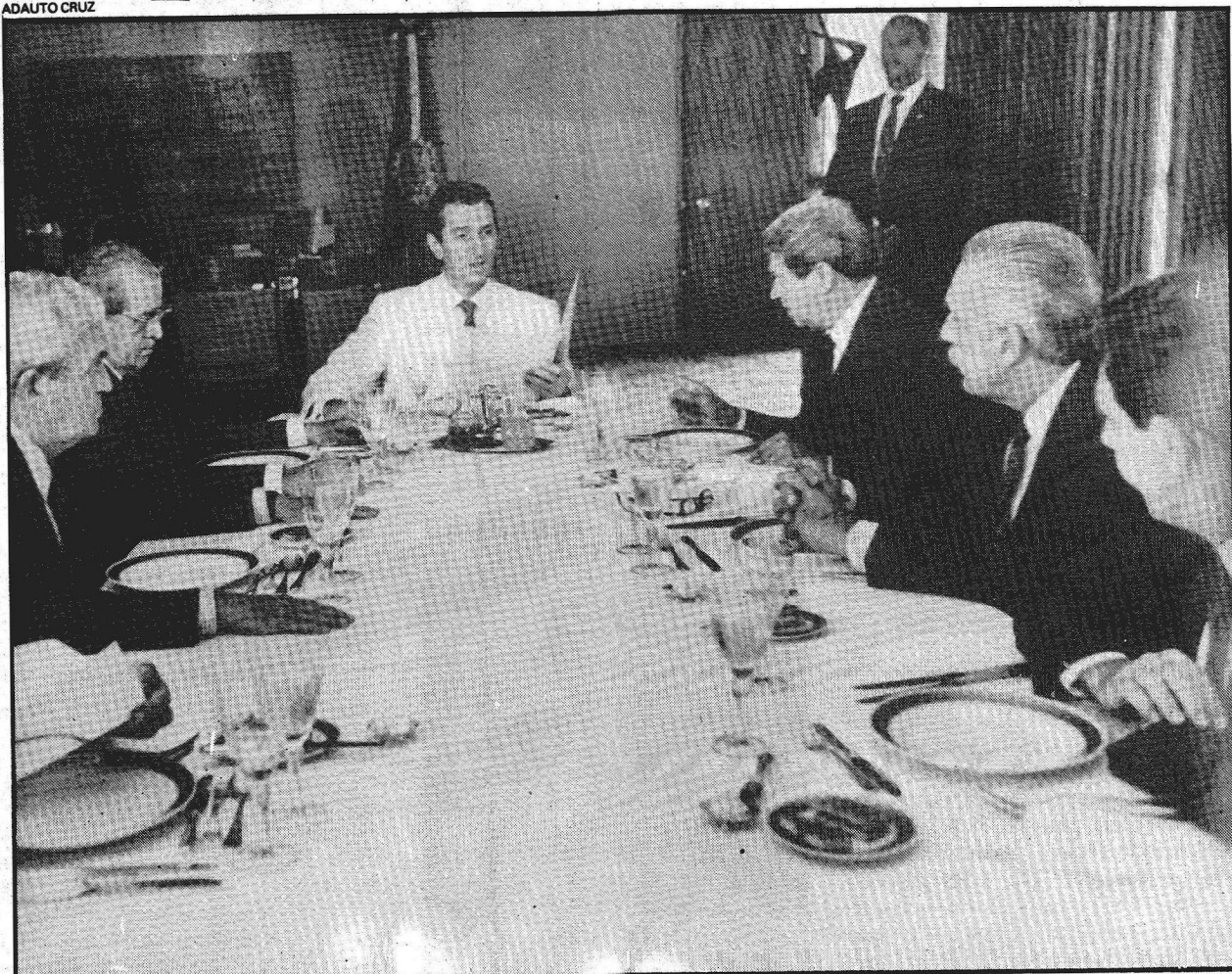
"O Governo assumiu o compromisso de levar previamente a todos os partidos que o apoiam. "O Governo assumiu o compromisso de levar previamente a todos os partidos que o apoiarem as matérias que pretende ver votadas", conta Ricardo Fiúza. Para providenciar pareceres sobre os assuntos em pauta, será formado um grupo de trabalho entre as lideranças e as assessorias parlamentares dos ministérios.

O deputado Amaral Netto, que chegou às 8h30 ao Palácio do Planalto carregado de projetos, foi o líder que mais se demorou com o Presidente. Sua primeira proposta de restabelecer dois fundos de incentivos fiscais suspensos no início do Governo — os de Investimento da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor) —, foi aprovada pelo Presidente e será transformada numa medida provisória pelo ministro Passarinho.

"Eu nunca imaginei que ele aceitasse tão rápido", surpreendeu-se Amaral. Essa medida provisória, no entanto, já está sendo preparada há muitos dias. O deputado sugeriu também uma lei que obrigue as empresas a imprimir em seus produtos o preço máximo de venda durante um determinado tempo e outra que acabe com o Bônus do Tesouro Nacional (BTN) — ou pelo menos proíba que contratos particulares sejam reajustados com base nesse índice.

"O presidente prometeu estudar todos esses assuntos", diz Amaral Netto. "Mas espero que para cada negativa exista uma justificativa", avisou.

ADALTO CRUZ



Collor no almoço entre Amaral, Passarinho, Souto, Fiúza e Arnaldo: cena que pode tornar-se rotina